

ANEXOS AVISO CONTRATAÇÃO

-Termo de Referência;

-Minuta de Nota de Empenho;

-Ato Normativo sobre sanções aplicáveis;

-Modelo referente à planilha de proposta;

Termo de Referência 23/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
23/2024	180310-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE CATANDUVA	ALEXANDRE CELSO JULIATTI	15/04/2024 15:37 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		SEI 058.00041126/2024-18

1. Definição do objeto

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de bens comuns de consumo, visando atender necessidades desta Delegacia Seccional e Unidades Policiais subordinadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Código	Especificação Material	Qtd	R\$ Unitário	R\$ Total
01	6048986 <small>(contabiliza sp)</small> 608466 <small>(compras.gov.br)</small>	PLACA MAE - COM SUPORTE PARA PROCESSADOR INTEL 12 GERACAO CORE I9 /COREI7/CORE I5/CORE I3, SOQUETE LGA 1700, CHIPSET H610,FORMATO DA PLACA MATX, COM 1 SLOT PCIE 4.0 X16 (MODO X16) E UM SLOT PCI 3.0 X1, VELOCIDADE DA MEMORIA DDR4 3200 /2666/2400/2133 MHZ E/OU DDR5 5300/4800 NON-ECC, UN-BUFFERED, TIPOS DE SLOTS DE MEMORIA DDR4 DE 288 VIAS E/OU DDR5, 2 X DIMM, SUPORTE A 64GB, COM 02 USB 3.2 GEN1, E 02 USB 2.0, COM 02 PORTA PS/2 PARA MOUSE E TECLADO, 2 M2 SOCKET3,2242,2260,2280,22110, COM 2 SOQUETES M.2, 6X CONECTORES SATA 6GB/S, 1X M.2 COM E KEY PARA M6DULO WI-FI, COM VIDEO ONBOARD, RESOLUCAO DE 4K, COM CONEXOES DE SAIDA PARA 01 HDMI, 01 DISPLAYPORT, 01 D-SUB, COM SOM ONBOARD COM 7.1 CANAIS DE ALTA DEFINICAO, COM COM 01 PORTAS GIGABIT ETHERNET COM CONECTOR RJ-45,WIRELESS 802.11 AC, COM DRIVES DE INSTALACAO PARA WINDOWS 10 E	10	650,00	6.500,00

		WINDOWS 11(64 BITS), GARANTIA DE 12 MESES, COM MANUAL TECNICO DE INSTALACAO E OPERACAO EM PORTUGUES, COM 02 CABOS DE DADOS SATA III (06 GB/S), PAINEL DA PLACA (ESPELHO) <u>Fornecimento: Unidade</u>			
02	6014453 (contabiliza sp) 604331 (compras.gov.br)	MEMORIA RAM 08 GB, PC4-25600, 3200 MHZ, DDR4, 288 VIAS DE 08 GB, PC4-25600, VELOCIDADE DE 3200 MHZ, C16 - LATÊNCIA 16-18-18-36 VOLTAGEM 1.35V, DDR4, COM 288 VIAS, COM DISSIPADOR DE CALOR EM ALUMINIO, ORIGINAL DO FABRICANTE, GARANTIA DE 12 MESES <u>Fornecimento: Unidade</u>	20	98,00	1.960,00
03	6048897 (contabiliza sp) 269014 (compras.gov.br)	MICROPROCESSADOR PARA PC INTEL CORE I5-12400 INTEL CORE I5-12400, DE 2.5 GHZ, BARRAMENTO DE 8.0 GT/S, CACHE DE 18 MB, COM COOLER INCLUSO (ORIGINAL BOX), GARANTIA DE 12 MESES <u>Fornecimento: Unidade</u>	10	940,00	9.400,00
04	3702502 (contabiliza sp) 299958 (compras.gov.br)	GABINETE PARA MICROCOMPUTADOR TORRE, OM FONTE 500 W COM PFC - MINI TORRE, COM 02 USB FRONTAIS, COM FONTE 500 W REAL COM PFC PASSIVO OU ATIVO, COM 2 VENTOINHAS AUXILIARES, COM CONECTORES DE 12 E 24 PINOS, ATX, COM FONTE INSTALADA EM POSICAO HORIZONTAL, COM CONECTORES SATA, COMPATIVEL COM PLACA MAE ATHLON, ASUS, GIGABYTE, INTEL E OUTRAS, LEDS DE SINALIZACAO PARA POWER HARD DRIVE ATIVO, QUANTIDADE DE BAIAS: 04 BAIAS EXTERNAS DE 5 1/4 E 01 DE 3 1/2, COR PRETO PIANO, TENSAO 110/220 VOLTS, COM MANUAL TECNICO, GARANTIA DE 12 MESES, COM VENTILADOR AUXILIAR: TRASEIRO COM CABOS E KIT DE MONTAGEM <u>Fornecimento: Unidade</u>	10	425,00	4.250,00
05	5918537 (contabiliza sp)	MONITOR DE VIDEO LED 23" TECNOLOGIA LED, PADRAO PADRAO FULL HD, COM CONECTORES VGA E HDMI, DE 23 POLEGADAS, COM ANTI-REFLEXO, PROTEÇÃO ANTI-OFUSCAMENTO,	15	725,00	10.875,00

	478639 (compras.gov.br)	RESOLUCAO DE 1920 X 1080 PIXELS OU SUPERIOR, TELA DE LED, COM TECNOLOGIA IPS (IN-PLANE SWITCHING)BRILHO 250 CD/M2 E CONTRASTE 5.000.000:1, CONTROLE DE AJUSTE DIGITAL, PARA TAMANHO, POSICAO, COR, BRILHO, CONTRASTE - ANGULO DE VISUALIZACAO H:178 GRAUS , V:178 GRAUS, COM PEDESTAL REMOVIVEL E INCLINAVEL, GARANTIA DE 12 MESES,COM MANUAL DE INSTALACAO E OPERACAO EM PORTUGUES, COM CABO DE FORÇA PADRÃO NBR 14136, CABO HDMI DE NO MÍNIMO 2 METROS, FONTE INTERNA DE ALIMENTACAO <u>Fornecimento: Unidade</u>			
06	5235278 (contabiliza sp) 602457 (compras.gov.br)	SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000 REDE LOCAL, TIPO GERENCIAVEL, FONTE DE ALIMENTACAO DE 100 A 240V, COM 24 PORTAS 10/100/1000, IEE802.1X, LEDS DE SINALIZACAO PARA ENERGIA, ATIVIDADE, GARANTIA 12 MESES, MANUAL DE INSTALACAO E OPERACAO <u>Fornecimento: Unidade</u>	5	915,00	4.575,00
07	4309111 (contabiliza sp) 448264 (compras.gov.br)	SWITCH GIGABIT ETHERNET WORKGROUP 08 PORTAS RJ45 REDE LOCAL, TIPO GIGABIT ETHERNET WORKGROUP, BIVOLT, COM 08 PORTAS RJ45 COM TAXA DE TRANSMISSÃO DE 10MBPS/100MBPS/1000MBPS, PROTOCOLOS TCP /IP, ETHERNET, FAST ETHERNET, LEDS DE SINALIZACAO PARA ENERGIA E ATIVIDADE, GARANTIA DE 12 MESES, ACOMPANHADO DE MANUAIS DE OPERACAO, INSTALACAO E CONFIGURACAO <u>Fornecimento: Unidade</u>	10	197,00	1.970,00
08	4877454 (contabiliza sp) 431978 (compras.gov.br)	DISCO RIGIDO PADRAO SSD, 01 TB PADRAO SSD, COM INTERFACE DE CONEXAO SATA III (06 GB /S), DE 01 TB, TAMANHO DE 2.5", NAO SE APLICA, VELOCIDADE DE LEITURA DE 540MB/S, VELOCIDADE DE GRAVACAO DE 520MB/S, GARANTIA DE 12 MESES, COM MANUAL DO FABRICANTE <u>Fornecimento: Unidade</u>	15	366,00	5.490,00
09	6098150	HD SSD EXTERNO - DISCO SOLIDO, USB-C 3.1, EXTERNO, 01 TB PADRAO SSD, EXTERNO, COM	05	286,00	1.430,00

	(contabiliza sp)	INTERFACE DE CONEXAO USB-C 3.1, DE 01 TB, NAO SE APLICA, VELOCIDADE DE LEITURA DE 550 MB/S,VELOCIDADE DE GRAVACAO DE 520 MB/S, GARANTIA DE 12 MESES			
	606881				
	(compras.gov.br)	<u>Fornecimento: Unidade</u>			

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 90 dias, após emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº14.133, de 2021.

1.4. A nota de Empenho oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação. O contrato será substituído por Nota de Empenho em conformidade com o Art. 95, incisos I e II da Lei 14.133/2021

Subcontratação.

1.5. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada neste Termo de Referência elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, devido à elaboração facultativa de plano de contratações anual pelos órgãos e entidades da Administração Pública direta e autárquica no ano de 2023, de que trata o artigo único da Disposição Transitória do Decreto nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

3. Descrição da solução

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A aquisição do material é para atender todas as Unidades Policiais subordinadas a esta Unidade de Compras e que dependem disso para o desenvolvimento das atividades de Polícia, com o objetivo constitucional de cumprir a função de Polícia Judiciária e de apuração de Infrações Penais

3.2 Considerando a baixa complexidade do tipo de objeto, a aquisição do material na modalidade Dispensa de Licitação é a forma mais viável para a recomposição do estoque já findo do almoxarifado.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. No momento de assinatura do Termo de Aceite de Nota de Empenho, a fornecedora deverá atender aos critérios de sustentabilidade ambiental.

4.1.2. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável.

4.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Da exigência de amostra

4.2. Não serão exigidas amostras.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 20 (vinte) dias corridos, contados da emissão da Nota de Empenho, em remessa única. Recebimento do material: segunda-feira à sexta-feira, das 09:00h às 17:00h, mediante prévio aviso.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Rua Cafelândia nº 312 - Vila Celso - Catanduva/SP - CEP 15.810-165 - Almoxarifado da Delegacia Seccional de Polícia de Catanduva/SP.**

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 06 (seis) meses.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput artigo 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, casos aplicáveis:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30(trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 67.608/2023, c/c o artigo 1º do Decreto nº 32.117 /1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento dessa condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799 /2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

8. Critérios de seleção do fornecedor

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item, observando-se o disposto no Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral e em parcela única.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- f) Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP ([http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br /PesquisaCEEP.aspx](http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx));
- g) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

8.4. A consulta ao cadastro especificado na alínea “d” do item anterior será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.12. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de Pessoa física lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.13. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.14. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.15. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.16. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.17. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.19. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.20. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.

8.21. Produtor Rural pessoa física: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (artigos 15 a 17 e 146).

8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.27. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.28. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.29. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.30. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.31. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.32. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.33. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

8.34. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.34.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.34.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.34.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.34.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.34.5. Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.35. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.36. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional, em plena validade (se for o caso);

8.36.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste subitem por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.37. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Outras comprovações

8.38. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:

8.38.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;

8.38.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.38.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.38.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.39. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.39.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.39.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.39.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.39.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.39.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.39.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.39.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 46.450,00

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 46.450,00 (quarenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 0001;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 06181180149890000;

IV) Elemento de Despesa: [339030.61;

V) Plano Interno: 180205;

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEXANDRE CELSO JULIATTI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/04/2024 às 15:37:47.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - CODIGO INFORMATICA.pdf (1.0 MB)

Anexo I - CODIGO INFORMATICA.pdf



ITEM DE MATERIAL

Radicais: (Material)

ou

Código Item de Material:

6048986

Buscar

Voltar

6048986 - PLACA MAE

COM SUPORTE PARA PROCESSADOR INTEL 12 GERACAO CORE I9/COREI7/CORE I5/CORE I3, SOQUETE LGA 1700,CHIPSET H610,FORMATO DA PLACA MATX, COM 1 SLOT PCIE 4.0 X16 (MODO X16) E UM SLOT PCI 3.0 X1, VELOCIDADE DA MEMORIA DDR4 3200/2666/2400/2133 MHZ E/OU DDR5 5300/4800 NON-ECC, UN-BUFFERED, TIPOS DE SLOTS DE MEMORIA DDR4 DE 288 VIAS E/OU DDR5, 2 X DIMM, SUPORTE A 64GB, COM 02 USB 3.2 GEN1, E 02 USB 2.0, COM 02 PORTA PS/2 PARA MOUSE E TECLADO, 2 M2 SOCKET3,2242,2260,2280,22110, COM 2 SOQUETES M.2, 6X CONECTORES SATA 6GB/S, 1X M.2 COM E KEY PARA M6DULO WI-FI, COM VIDEO ONBOARD, RESOLUCAO DE 4K, COM CONEXOES DE SAIDA PARA 01 HDMI, 01 DISPLAYPORT, 01 D-SUB, COM SOM ONBOARD COM 7.1 CANAIS DE ALTA DEFINICAO, COM COM 01 PORTAS GIGABIT ETHERNET COM CONECTOR RJ-45,WIRELESS 802.11 AC, COM DRIVES DE INSTALACAO PARA WINDOWS 10 E WINDOWS 11(64 BITS), GARANTIA DE 12 MESES, COM MANUAL TECNICO DE INSTALACAO E OPERACAO EM PORTUGUES, COM 02 CABOS DE DADOS SATA III (06 GB/S), PAINEL DA PLACA (ESPELHO)

Unidades de Fornecimento: UNIDADE - (BEC)**Código do Item no Compras.gov:****Liberado por:****Sinônimos:** MOTHERBOARD**Último Empenho:** 07/11/2023**Grupo 86** - INFORMATICA**Classe 8690** - PECAS E
ACESSORIOS PARA
COMPUTADORES**Naturezas de Despesa** -
33903061, 44905220**115711** - PLACA MAE



ITEM DE MATERIAL

Radicais: (Material)

ou

Código Item de Material:

6014453

Buscar

Voltar

6014453 - MEMORIA RAM 08 GB, PC4-25600, 3200 MHZ, DDR4, 288 VIAS

DE 08 GB, PC4-25600, VELOCIDADE DE 3200 MHZ, C16 - LATÊNCIA 16-18-18-36 VOLTAGEM 1.35V, DDR4, COM 288 VIAS, COM DISSIPADOR DE CALOR EM ALUMINIO, ORIGINAL DO FABRICANTE, GARANTIA DE 12 MESES

Unidades de Fornecimento: UNIDADE - (BEC)**Código do Item no Compras.gov:****Liberado por:****Sinônimos:** PENTE DE MEMORIA**Último Empenho:** 30/11/2023**Grupo 86** - INFORMATICA**Classe 8690** - PECAS E
ACESSORIOS PARA
COMPUTADORES**Naturezas de Despesa** -
33903061, 44905220**79650** - MEMORIA RAM



ITEM DE MATERIAL

Radicais: (Material)

ou

Código Item de Material:

6048897

[Buscar](#)[Voltar](#)

6048897 - MICROPROCESSADOR PARA PC INTEL CORE I5-12400

INTEL CORE I5-12400, DE 2.5 GHZ, BARRAMENTO DE 8.0 GT/S, CACHE DE 18 MB, COM COOLER INCLUSO (ORIGINAL BOX), GARANTIA DE 12 MESES

Unidades de Fornecimento: UNIDADE - (BEC)

Código do Item no Compras.gov:

Liberado por:

Sinônimos: PROCESSADOR

Último Empenho: 07/11/2023



Grupo 86 - INFORMATICA

Classe 8690 - PECAS E
ACESSORIOS PARA
COMPUTADORES

Naturezas de Despesa -
33903061, 44905220

147478 -
MICROPROCESSADOR
PARA PC



ITEM DE MATERIAL

Radicais: (Material)

ou

Código Item de Material:

3702502

Buscar

< Voltar

3702502 - GABINETE PARA MICROCOMPUTADOR TORRE, OM FONTE 500 W COM PFC

MINI TORRE, COM 02 USB FRONTAIS, COM FONTE 500 W REAL COM PFC PASSIVO OU ATIVO, COM 2 VENTONHAS AUXILIARES, COM CONECTORES DE 12 E 24 PINOS, ATX, COM FONTE INSTALADA EM POSICAO HORIZONTAL, COM CONECTORES SATA, COMPATIVEL COM PLACA MAE ATHLON, ASUS, GIGABYTE, INTEL E OUTRAS, LEDS DE SINALIZACAO PARA POWER HARD DRIVE ATIVO, QUANTIDADE DE BAIAS: 04 BAIAS EXTERNAS DE 5 1/4 E 01 DE 3 1/2, COR PRETO PIANO, TENSÃO 110/220 VOLTS, COM MANUAL TECNICO, GARANTIA DE 12 MESES, COM VENTILADOR AUXILIAR: TRASEIRO COM CABOS E KIT DE MONTAGEM

Unidades de Fornecimento: UNIDADE - (BEC)**Código do Item no Compras.gov:****Liberado por:****Sinônimos:** GABINETE MINI TORRE , GABINETE DESKTOP , GABINETE TORRE**Último Empenho:** 31/10/2023**Grupo 86** - INFORMATICA**Classe 8690** - PECAS E
ACESSORIOS PARA
COMPUTADORES**Naturezas de Despesa** -
33903061, 44905220**75531** - GABINETE PARA
MICROCOMPUTADOR



ITEM DE MATERIAL

Radicais: (Material)

monitor

ou

Código Item de Material:

5918537

Buscar

< Voltar

5918537 - MONITOR DE VIDEO LED 23"

TECNOLOGIA LED, PADRAO PADRAO FULL HD, COM CONECTORES VGA E HDMI, DE 23 POLEGADAS, COM ANTI-REFLEXO, PROTEÇÃO ANTI-OFUSCAMENTO, RESOLUCAO DE 1920 X 1080 PIXELS OU SUPERIOR, TELA DE LED, COM TECNOLOGIA IPS (IN-PLANE SWITCHING)BRILHO 250 CD/M2 E CONTRASTE 5.000.000:1, CONTROLE DE AJUSTE DIGITAL, PARA TAMANHO, POSICAO, COR, BRILHO, CONTRASTE - ANGULO DE VISUALIZACAO H:178 GRAUS , V:178 GRAUS, COM PEDESTAL REMOVIVEL E INCLINAVEL, GARANTIA DE 12 MESES,COM MANUAL DE INSTALACAO E OPERACAO EM PORTUGUES, COM CABO DE FORÇA PADRÃO NBR 14136, CABO HDMI DE NO MÍNIMO 2 METROS, FONTE INTERNA DE ALIMENTACAO

Unidades de Fornecimento: UNIDADE - (BEC)**Código do Item no Compras.gov:****Liberado por:****Sinônimos:****Última Negociação:** 30/01/2024**Grupo 86** - INFORMATICA**Classe 8690** - PECAS E
ACESSORIOS PARA
COMPUTADORES**Naturezas de Despesa** -
33903061, 44905220**147419** - MONITOR DE
VIDEO



ITEM DE MATERIAL

Radicais: (Material)

monitor

ou

Código Item de Material:

5235278

Buscar

< Voltar

5235278 - SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000

REDE LOCAL, TIPO GERENCIÁVEL, FONTE DE ALIMENTAÇÃO DE 100 A 240V, COM 24 PORTAS 10/100/1000, IEE802.1X, LEDS DE SINALIZAÇÃO PARA ENERGIA, ATIVIDADE, GARANTIA 12 MESES, MANUAL DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO

Unidades de Fornecimento: UNIDADE - (BEC)

Código do Item no Compras.gov:

Liberado por:

Sinônimos:

Último Empenho: 09/11/2023



Grupo 86 - INFORMÁTICA

Classe 8615 -
EQUIPAMENTOS DE REDE
LOCAL

Naturezas de Despesa -
44905220, 33903061

183849 - SWITCH



ITEM DE MATERIAL

Radicais: (Material)

monitor

ou

Código Item de Material:

4309111

Buscar

< Voltar

4309111 - SWITCH GIGABIT ETHERNET WORKGROUP 08 PORTAS RJ45

REDE LOCAL, TIPO GIGABIT ETHERNET WORKGROUP, BIVOLT, COM 08 PORTAS RJ45 COM TAXA DE TRANSMISSÃO DE 10MBPS/100MBPS/1000MBPS, PROTOCOLOS TCP/IP, ETHERNET, FAST ETHERNET,, LEDS DE SINALIZACAO PARA ENERGIA E ATIVIDADE, GARANTIA DE 12 MESES, ACOMPANHADO DE MANUAIS DE OPERACAO, INSTALACAO E CONFIGURACAO

Unidades de Fornecimento: UNIDADE - (BEC)

Código do Item no Compras.gov:

Liberado por:

Sinônimos:

Último Empenho: 26/04/2023



Grupo 86 - INFORMATICA

Classe 8615 -
EQUIPAMENTOS DE REDE
LOCAL

Naturezas de Despesa -
44905220, 33903061

183849 - SWITCH



ITEM DE MATERIAL

Radicais: (Material)

disco rígido

ou

Código Item de Material:

4877454

Buscar

< Voltar

4877454 - DISCO RIGIDO PADRAO SSD, 01 TB

PADRAO SSD, COM INTERFACE DE CONEXAO SATA III (06 GB/S), DE 01 TB, TAMANHO DE 2.5", NAO SE APLICA, VELOCIDADE DE LEITURA DE 540MB/S, VELOCIDADE DE GRAVACAO DE 520MB/S, GARANTIA DE 12 MESES, COM MANUAL DO FABRICANTE

Unidades de Fornecimento: UNIDADE - (BEC)

Código do Item no Compras.gov:

Liberado por:

Sinônimos: SSD , HD HARD DISC , HARD DISK

Última Negociação: 18/05/2023



Grupo 86 - INFORMATICA

Classe 8690 - PECAS E
ACESSORIOS PARA
COMPUTADORES

Naturezas de Despesa -
33903061, 44905220

147460 - DISCO RIGIDO



ITEM DE MATERIAL

Radicais: (Material)

ou

Código Item de Material:

3822532

Buscar

Voltar

3822532 - DISCO RIGIDO, EXTERNO, PADRAO SATA, 1 TB, 5400 RPM

PADRAO SATA; EXTERNO; USB 3.0, DE 1 TB, 5.400 RPM, GARANTIA DE 12 MESES NO MINIMO, COM CABO USB

Unidades de Fornecimento: UNIDADE - (BEC)**Código do Item no Compras.gov:****Liberado por:****Sinônimos:** SSD , HD HARD DISC , HARD DISK**Última Negociação:** 29/11/2023**Grupo 86** - INFORMATICA**Classe 8690** - PECAS E
ACESSORIOS PARA
COMPUTADORES**Naturezas de Despesa** -
33903061, 44905220**147460** - DISCO RIGIDO



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - 2024NE_____

UG	180310 - DELEG.SECC.POLICIA DE CATANDUVA
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
Data de Emissão	Xxxxxxxxxx

CNPJ/CPF/UG					
Credor					
Endereço					
Cidade		UF		CEP	

Origem Material	
-----------------	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
401891	18002	06181180149890000	150010001	339030.61	180011	008.013.0260	180205

No Processo		Acordo			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	Lei 14.133/2021		
Licitação	Dispensa Licitação	Modalidade	1 - ORDINARIO		
Empenho Orig.		Nº Contrato		Nº OC	

Valor do Empenho R\$	
----------------------	--

Cronograma					
	<table><tr><th>Mês</th><th>Valor</th></tr><tr><td></td><td></td></tr></table>	Mês	Valor		
Mês	Valor				

Sequência	001	Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	
Descrição					
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX					

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	RUA CAFELÂNDIA Nº 312 – VILA CELSO – CATANDUVA/SP
Data de Entrega	

LUIS ROBERTO RISSI
077583988-47
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	21832100871
--------------------------	-------------

Impresso pelo Siafisico



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE CATANDUVA
Rua Cafelândia nº 312 – V. Celso - CEP-15810-165.

ANEXO III – Ato normativo sobre sanções aplicável;

**RESOLUÇÃO SSP-333, DE 09 DE SETEMBRO DE 2005,
ALTERADA PELA RESOLUÇÃO SSP-92/2019**

Dispõe sobre a aplicação das multas previstas nos artigos 79 e 80 e inciso II do artigo 81 da Lei Estadual 6.544, de 22.11.89 nos artigos 81,86 e 897 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O Secretário da Segurança Pública, nos termos do artigo 3º do Decreto estadual nº 31.138, de 09.01.90, resolve:

Artigo 1º - A aplicação de multas a que se refere os artigos 86 e 87 da Lei Federal 8.666 de 21.06.93 e alterações que lhe forma incorporadas e os artigos 79, 80 e 81 inciso II da Lei Estadual 6.544 de 22.11.89 obedecerá às normas estabelecidas na presente Resolução.

Artigo 2º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a multa correspondente a 20% do valor do ajuste ou multa correspondente à diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

Artigo 3º - A inexecução total do ajuste ensejará a aplicação de multa de 30% do valor do ajuste ou multa correspondente à diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida prevalecendo-se a de maior valor.

Artigo 4º - A inexecução parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa de 20% calculada sobre o valor dos materiais não entregues ou serviços não executados ou multa correspondente à diferença do preço, resultante da nova licitação referente à parcela da obrigação não cumprida prevalecendo a de maior valor.

Artigo 5º - O descumprimento injustificado de prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente para entrega de materiais, execução de etapas ou conclusão de obras e serviços com prazos determinados, ensejará a aplicação das seguintes multas sobre o valor das obrigações não cumpridas:

I - atraso até 15 dias = multa de 0,2% por dia de atraso;

II - atraso de 16 a 30 dias = multa de 0,3 % por dia de atraso;

III - atraso de 31 a 60 dias = multa de 0,4% por dia de atraso.

§ 1º - o atraso superior a 60 dias será considerado inexecução parcial ou total do ajuste conforme o caso.



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE CATANDUVA
Rua Cafelândia nº 312 – V. Celso - CEP-15810-165.

§ 2º - nos casos de materiais não entregues o atraso será contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega.

§ 3º - nos casos de materiais entregues e não aceitos, o atraso será contado a partir do 1º dia útil subsequente ao prazo estabelecido para a nova entrega.

Artigo 6º - O descumprimento das obrigações que ferem critérios e condições previstos nos contratos de prestação de serviços contínuos e que não configurem inexecução total ou parcial do ajuste ou mora no adimplemento ensejará a aplicação de multa de 5% que incidirá sobre o valor mensal contratual correspondente ao mês da ocorrência.

Artigo 7º - As multas serão aplicadas na seguinte conformidade:-

I – recusa injustificada em assinar, aceitar ou retirar o contrato = 20% do valor total do contrato ou diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

II – inexecução total = 30% do valor total do contrato ou diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

III – inexecução parcial = 20% do valor referente às obrigações não cumpridas ou diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

IV – atraso de até 15 dias = $0,2\% \times \text{dias de atraso} \times \text{valor referente às obrigações não cumpridas}$

V - atraso de até 16 a 30 dias = $0,3\% \times \text{dias de atraso} \times \text{valor referente às obrigações não cumpridas}$

VI - atraso de até 31 a 60 dias = $0,4\% \times \text{dias de atraso} \times \text{valor referente às obrigações não cumpridas}$

VII – descumprimento de critérios e condições previstas nos contratos de prestação de serviços contínuos = $5\% \times \text{valor mensal do contrato}$.

Artigo 8º - Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será a Contratada notificada da infração e da penalidade correspondente, para apresentar defesa no prazo de 5 dias úteis contados do 1º dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

§ 1º - Recebida a defesa a autoridade competente deverá manifestar-se motivadamente sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

§ 2º - No caso de aplicação da multa, a mesma deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Artigo 9º - O valor correspondente à multa após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito da ampla defesa à Contratada será descontado do primeiro pagamento subsequente devido à Contratada decorrente de execução contratual e no caso de não haver pagamentos pendentes à Contratada, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado, por meio de guia de recolhimento, no prazo de até 05



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE CATANDUVA
Rua Cafelândia nº 312 – V. Celso - CEP-15810-165.

dias contados da publicação da multa no Diário Oficial do Estado de São Paulo ou, caso o contrato tenha exigido garantia o valor da multa será descontado da garantia prestada.

§ 1º - O pagamento da multa deverá ser devidamente comprovado perante a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, sendo aplicados juros moratórios de 0,5% ao mês às multas não recolhidas até o vencimento.

§ 2º - Se o pagamento da multa imposta ao contratado não for efetuado dentro do prazo de 05 dias contados da data da publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, sua cobrança será feita judicialmente nos termos da legislação em vigor.

Artigo 10 - A multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93 na Lei Estadual nº 6.544 de 22.11.89 e na Lei Federal nº 10.320 de 17.07.02 e suas alterações.

Parágrafo primeiro - Para as sanções previstas nos incisos III e IV dos artigos 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93 e 81 da Lei Estadual nº 6.544 de 22.11.89, bem como no artigo 7 da Lei Federal nº 10.320 de 17.07.02 deverá ser observado o disposto no Decreto nº 48.999 de 29.09.04 e na Resolução CC 52 de 19.07.2005.

Parágrafo segundo - A autoridade competente para aplicação das sanções referidas no parágrafo anterior, após julgamento dos recursos ou transcorrido o prazo sem a sua interposição providenciará a sua imediata divulgação no sítio eletrônico www.sanções.sp.gov.br considerando que o mesmo é acessado a cada licitação/contratação efetuada pela Administração.

Artigo 11 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

Artigo 12 - As disposições desta Resolução aplicam-se também às obras, serviços ou compras realizadas mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 13 - Da aplicação das multas previstas nesta Resolução caberá recurso no prazo de 5 dias úteis, conforme o disposto no artigo 109, inciso 1, alínea “f” da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93

Artigo 14 - As normas estabelecidas nesta resolução deverão constar obrigatoriamente em todos instrumentos convocatórios das licitações e nos contratos firmados para fornecimentos, obras ou serviços.

Artigo 15 - Aos casos não previstos nesta Resolução aplicam-se as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93 da Lei Estadual nº 6.544 de 22.11.89 e alterações posteriores

Artigo 16 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução SSP 111/91.



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE CATANDUVA
Rua Cafelândia nº 312 – V. Celso - CEP-15810-165.

RESOLUÇÃO SSP-92 de 23/10/2019

Altera a Resolução SSP – 333, de 09-09-2005, que dispõe sobre a aplicação das multas previstas nos artigos 79, 80 e inciso II do artigo 81 da Lei Estadual 6.544, de 22.11.89, nos artigos 81, 86 e 87 da Lei Federal 8.666, de 21.06.93 e alterações posteriores, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

O Secretário da Segurança Pública, nos termos do artigo 12, inciso I, alínea “b”, da Lei 10.177/1998 e artigo 3º do Decreto 31.138/1990, resolve:

Artigo 1º - O artigo 4º da Resolução SSP-333, de 09-09-2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 4º - A inexecução parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa, na seguinte conformidade:

I - 20% calculada sobre o valor dos materiais não entregues ou serviços não executados ou multa correspondente à diferença do preço, resultante da nova licitação, referente à parcela da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor;

II - 20% calculada sobre o valor do bem ou serviço, no caso de deixar de substituir ou reparar o objeto que apresentar falhas ou defeitos, durante o período de garantia contratual”.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE CATANDUVA
Rua Cafelândia nº 312 – V. Celso - CEP-15810-165.

Processo de Compra nº _____/2024

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À

Delegacia Seccional de Polícia de Catanduva/SP

Rua Cafelândia nº 312 – Vila Celso

Catanduva/SP

Processo de Compra nº SEI

Pregão Eletrônico nº -----/2024

Objeto: Aquisição de bens comuns de consumo (toner impressora)

Prezados Senhores,

Após analisarmos minuciosamente, o Edital de Licitação nº ____/2024, referente à presente licitação, e tomarmos conhecimento de todas as suas condições, propomos fornecer, sob nossa integral responsabilidade, o objeto deste Pregão, conforme a seguir discriminado:

Razão Social do ofertante:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço (rua, nº, bairro, cidade, estado, CEP):

Telefone:

E-mail:

Banco, Agência e Conta Corrente nº:

Item	Código	Descrição	Unid.	Quant.	P. Unit.	P. Total	Marca / Fabricante

1. Prazo para entrega: entrega total das quantidades, em até _____ dias após envio da respectiva Autorização de Fornecimento, posterior à assinatura do Contrato;

a. O prazo de entrega se inicia no dia útil seguinte ao do envio da Autorização de Fornecimento.



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE CATANDUVA
Rua Cafelândia nº 312 – V. Celso - CEP-15810-165.

2. Local de entrega: Almoxarifado da Delegacia Seccional de Polícia de Catanduva/SP, situado na Rua Cafelândia nº 312 – Vila Celso – Catanduva/SP, de 2ª a 6ª feira, no horário das 09:00h às 17:00h;

3. Condições de recebimento: O material poderá ser recebido provisoriamente, nos termos da legislação vigente, e após comprovação das exigências do edital e devida verificação dos materiais, será recebido definitivamente;

4. Prazo de substituição/correção: Encontradas divergências no material fornecido durante o fornecimento provisório, será solicitada a imediata substituição do mesmo, **no prazo máximo de 10 (dez) dias** a contar do envio da notificação. O não atendimento da notificação, ensejará no envio desta à Gestão de Contratos, para aplicação das sanções previstas na legislação vigente;

5. Condições de pagamento: os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, no prazo de 30 (trinta) dias, após aprovação das Notas Fiscais/Faturas corretamente preenchidas, constando o número da respectiva Autorização de Fornecimento;

6. Validade da proposta: _____ (não inferior a 60 (sessenta dias), a contar da data de abertura dos envelopes);

7. Vigência do Contrato: 6 (seis) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração e nos termos da Lei;

8. Indicação do responsável pela assinatura do Contrato e do Termo de Ciência e de Notificação, nos termos das Instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP, atualizada pela Resolução nº 11/2021:
nome completo, cargo e nº do CPF - _____.